

Plantas diaspóricas, mulheres griotas, e territórios de cuidado

Autora: Debora Fernandes Herszenhut¹

1. Introdução

"Quem já viajou pelos rios e igarapés da Amazônia sabe bem que seus companheiros de viagem, principalmente mulheres, estão sempre trocando mudas e sementes ao longo do rio. Essas plantas guardam sua história, sua origem é lembrada, e são muitas vezes semeadas em áreas separadas dos roçados. Cada roçado torna-se assim um mini-jardim botânico." (Carneiro da Cunha, 1999:160)

São popularmente conhecidas como "farmácia viva" ou "farmácia verde", o hábito mantido, principalmente, por mulheres, de cultivarem e manejarem uma diversidade de espécies de plantas medicinais e alimentícias. Estes espaços apresentam-se como paisagens destacadas nos quintais e nos territórios tradicionais tanto por sua rica biodiversidade, quanto pelos recursos ambientais gerenciados associados a estas, como o manejo das águas e do solo.

As práticas de manejo da biodiversidade desempenhada por povos e comunidades tradicionais, ou seja: *As roças de quilombo, as roças de aldeia, as roças dos ribeirinhos, as roças das Quebradeiras de Côco*² são consideradas hoje a principal responsável pela utilização sustentável dos recursos

¹ Mestre em Antropologia pelo PPGSA/UFRJ e doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS/UnB

² Tomo aqui emprestada a expressão de Nego Bispo ao se referir aos saberes tradicionais em oposição aos saberes ocidentais que categorizam práticas ancestrais de manejo sob a égide do conceito de agroecologia, o que para Nego Bispo nada mais é do que Roça de quilombo, roça de aldeia, roça de ribeirinho.

naturais e pela manutenção das vegetações nativas³. Na manutenção destas práticas são vivenciados valores referidos a uma organização coletiva, cosmovisão e tradições, nas quais o território e os recursos naturais são variáveis importantes. É diante deste contexto de valorização das práticas e saberes tradicionais para a manutenção e preservação da biodiversidade que Carneiro da Cunha coloca a seguinte questão:

"Afinal, quem ocupa as áreas de maior riqueza genética, não por acaso, mas porque são produtores de diversidade? E quem são os produtores do conhecimento associado? São precisamente populações tradicionais, e usarei por enquanto esta expressão em sua acepção mais vaga e abrangente." (Carneiro da Cunha, 1999:149)

Neste artigo proponho, através de escritos feministas (em sua maioria do sul global), observar como as práticas de cuidado exercidas por mulheres, por meio de seus atos radicalmente rebeldes de promoção e proteção da vida, possibilita-se a criação de *territórios de cuidados*. Ou sejam *terreiros de resistência*, de matrizes culturais africanas, indígenas e europeias, onde salvagam-se sementes, histórias e cosmoassociabilidades e onde repousam as *plantas diaspóricas*⁴.

Foram algumas experiências de trabalho junto a povos e comunidades tradicionais que me conduziram as questões que proponho a seguir. Dentre algumas destas destaco, a minha atuação em uma série de documentários (como roteirista, diretora e pesquisadora) sobre o extrativismo de óleos vegetais oriundos de plantas nativas do Brasil. Fruto do conhecimento tradicional estes óleos são produzidos através do manejo agroflorestal, uma prática que antecede os tempos do contato com o colonizador e remete as ocupações mais antigas de nossas terras. Utilizados ancestralmente na culinária e nos cuidados com a saúde e higiene pessoal, estes azeites são produzidos, na grande maioria das vezes, por mulheres através de processos artesanais. A conflitante desvalorização destas

³ De caráter histórico, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) é uma importante guinada na política de proteção ambiental que passa a compreender a preservação do meio ambiente como profundamente atrelada aos conhecimentos e modos de vida das comunidades tradicionais e inaugura um novo marco jurídico para a proteção dos direitos destas populações.

O direito à manutenção destas práticas foi reconhecido pela Constituição Federal do Brasil através dos Art. 215, 216. e 231. O decreto No 6.040, de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), é igualmente um importante marco legal para o reconhecimento e proteção destas práticas e saberes quando propõe "o reconhecimento, o fortalecimento e a garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização de identidades, formas de organização e instituições destas populações".

⁴ Expressão desenvolvida para designar a trajetória de espécies vegetais que parecem acompanhar as histórias das diásporas humanas, quando acompanham os processos históricos sociais e redefinem suas próprias condições de existência.

atividades frente aos inúmeras embates, como a extração ilegal de madeira, a transformação de florestas em pastagens, os inúmeros atravessadores por que passam estes produtos até a chegada ao consumidor e a desvalorização destes no mercado, são algumas das questões que histórica e sistematicamente ameaçam a continuidade destas práticas. Por outro lado, as iniciativas de empreendedorismo comunitárias (muitas vezes a associadas a grandes empresas) têm possibilitado a manutenção e melhores condições de comercialização destas produções, assim como o crescente interesse da população urbana pelo consumo de produtos oriundos de fontes limpas, renováveis e sustentáveis, fazem o contraponto com esse intenso processo de desvalorização. Este projeto foi filmado em diversas comunidades tradicionais, em quase todos os biomas (com ênfase na região amazônica, cerrado e caatinga), em contextos tão diversos quanto as suas localidades (terras indígenas, assentamentos e inúmeras “comunidades tradicionais”).

O projeto “Ervas do quintal, um mapeamento das práticas tradicionais de cura das raizeiras, curandeiras e parteiras da bacia hidrográfica do Rio bonito e do Rio Macaé” (região serrana do estado do Rio de Janeiro), realizado durante a pandemia da COVID 19, me serve igualmente de inspiração para as reflexões que sugiro. Ao mapear as estratégias de cuidados e cura mantidas especialmente pelas mulheres idosas desta região, onde colonos europeus chegaram entre o final do Sec XIX e início do século XX, para "povoar" as terras ocupadas por "índios bravos" e africanos escravizados fugidos das fazendas de café de Minas Gerais. Nestes territórios encravados entre as montanhas escarpadas da Serra do Mar, tradições indígenas, africanas e européias se misturaram num único intuito de mantarem-se vivos.

Tradicionalmente agricultores e camponeses, os habitantes destas comunidades, hoje, se vêm impedidos de exercerem suas práticas em seus territórios ancestrais, pois a região vêm sofrendo grande pressão da especulação imobiliária. Restando a estes, a pratica da agricultura em escala doméstica. Neste contexto, as conhecidas farmácias verdes, mantidas principalmente pelas mulheres, em especial as mais velhas, são recorrentes paisagens destacadas nos inúmeros quintais das comunidades rurais localizadas no entorno da bacia hidrográfica em questão. Neste mapeamento, que, a princípio, pretendia-se ter como recorte apenas as espécies nativas da Mata Atlântica, incorporamos espécies exóticas quando nos propusemos ao seguinte exercício: afinal o que é ser nativo? Ser nativo ali é ser indígena, quilombola e europeu tudo ao mesmo tempo. Ou seja, a fronteira biológica das plantas foi expandida no percurso que acompanha o histórico de ocupação deste lugar, fazendo com que plantas e pessoas estrangeiras, outrora exóticos, passassem a ser nativos da região.

Por fim, trago a experiência de campo de pesquisa do doutorado no planalto de Santarém (PA) junto às mulheres quilombolas associadas a FOQS (Federação Quilombola de Santarém) iniciada mais recentemente, em Julho de 2023. No Planalto de Santarém, existem dois componentes bastante emblemáticos para pensarmos o histórico de ocupação da região e as questões que aqui me suscitam a reflexão. Dados arqueológicos revelam que há pelo menos 11.000 anos o planalto de Santarém abriga uma contínua e intensa ocupação humana (Stock, 2019). Ali também se encontram inúmeras comunidades quilombolas, dentre elas, dois dos mais antigos quilombos reconhecidos pela fundação Palmares, indicando a ocupação destas terras por povos africanos escravizados, que em suas fugas encontram refúgio nas matas já densamente ocupadas por indígenas igualmente em fuga após a invasão européia. O trabalho de pesquisa iniciado na região, está focalizado principalmente em duas comunidades quilombolas. Saracura, comunidade de várzea localizada na beira do Rio Amazonas, e a comunidade do Pérola do Maicá, um quilombo urbano, localizado na periferia da cidade de Santarém, o qual historicamente vem sendo ocupado por migrantes das comunidades quilombolas de várzea atingidos pelo fenômeno da “terra caída” (loais onde a margem do rio avançou por terra fazendo que os moradores fossem obrigados a saírem).

É através destas experiências que observo como as práticas de cuidados, exercidas prioritariamente por mulheres, transparece como uma das principais estratégias de manutenção da vida nos territórios tradicionais e conseqüentemente uma importante componente para a (re)produção e manutenção da vida (entendida aqui em amplo espectro). Sobre estas experiências em campo, ao final deste trabalho, apresento uma serie de fotografias e registros de campo citadas anteriormente, nas quais procuro ilustrar as reflexões aqui propostas, e as quais através do “compartilhamento do sentimento estético”, indicam o caminho pelo qual pretendo desenvolver as discussões que suscitam à elaboração de minha pesquisa de doutorado.

2. As plantas diáspóricas

Numa ampla revisão bibliográfica realizada, Eloy e Nasuti (2008:7) destacam que:

"uma linha de pesquisa emergente busca mostrar que o agroextrativismo não se restringe a práticas de coleta e que, para além das práticas de manejo “indiretas”, existem práticas de manejo intencionais de transformação das paisagens, reflorestamento e cultivo das espécies [...] Estes trabalhos evidenciam a permeabilidade entre o extrativismo, as práticas agrícolas e as

práticas de manejo, mostrando como estas espécies nativas foram (e são) manejadas (favorecidas, protegidas), cultivadas, ou até domesticadas”.

Ao trazer à luz epistemes que foram historicamente sobrepostas pelas narrativas hegemônicas do “capitaloceno” (Haraway, 2016), podemos compreender a floresta enquanto um espaço de constante criação da biodiversidade. Pois, são os povos que nela habitam, que ao constituírem os seus territórios, através dos seus modos de vida, quem edificaram e seguem edificando as florestas.

Observar, portanto, quem são estes povos que em fugas constantes, manejaram a biodiversidade e criaram estratégias para a produção de vida (ou bioculturalidade), torna-se, também, uma tarefa de revisão etnoarqueológica⁵.

"No Brasil, quilombos, ou comunidades quilombolas, tiveram gêneses muito diversas. Formaram-se quilombos em locais de refúgio, em terras abandonadas por senhores, em terras doadas aos/às negros/as e também em terras doadas aos/às santos/as que os/as negros/as cultuavam. Houve ainda casos em que negros/as (escravos/as ou ex-escravos/as) conseguiram arrecadar capital para comprar terras, onde se constituíram quilombos.”
(Baduíno 2015:39)

Foram nestes *aquilombamentos*⁶ do Brasil pós-colonial, que o conhecimento sobre as matas foi compartilhado, assimilado e transformado. Através das sementes carregadas, multiplicadas e espalhadas (fonte de alimento e cuidado) que estes espaços tornaram-se *terreiros de resistência*.

Sobre os processos de dispersão e territorialização Balduíno (2015:34) nos revela alguns dados sobre o contingente de africanos escravizados que aportaram nas Américas e os movimentos insurgentes que dão origem a “territórios autônomos” na Colômbia e no Equador:

"Ao longo dos séculos XVI a XIX, quinze milhões de mulheres e homens africanos foram forçosamente trazidos para as Américas, em condições desumanas, para trabalhar como escravos em situação igualmente desumana. Cerca de dois terços dessa população nunca chegaram a seu local de destino [...] Essa migração forçada gerou subseqüentes movimentações

⁵ Numa perspectiva dos estudos contemporâneos sobre a arqueologia amazônica há um consenso em relação a existência de uma "produção de biodiversidade" (produção de paisagens antrópicas) diretamente vinculada a prática destes saberes tradicionais executados ao longo de milhares de anos. (Neves, Stock)

⁶ Aqui traduzidos como esconderijos de povos em fuga.

espaciais de africanos e afrodescendentes que se insurgiram à condição de escravos, conformando assim territórios autônomos.”

Na região do pacífico Colombo equatoriano, Balduino (2015:41) destaca o termo *palenques* para tratar dos assentamentos "para onde se deslocaram *cimarrones*, negros escravizados que fugiam das fazendas, organizando-se em projetos coletivos de enfrentamento declarado ao sistema escravista, constituindo “verdadeiras células de subversão e zonas de resistência””.

Nesse caldeirão, representado pela antiguidade e pluralidade cultural das ocupações das terras baixas do Atlântico, notamos que a fronteira biológica das plantas foi expandida através dos percursos que acompanham as diásporas humanas. Onde plantas e pessoas, passaram a compartilhar uma nova existência "nativa". E hoje, no tempo das *cercas* - da perda dos territórios (na maioria das vezes associada ao agronegócio, à pecuária, à mineração e à especulação imobiliária) - estes saberes são (re)produzidos em sua maioria em escala doméstica.

3. Mulheres Griotas⁷

"Índigena como o milho, como o milho, a mestiza é um produto híbrido, desenhado para sobreviver nas mais variadas condições." (Andalzua, 2005:708)

O conhecimento e interação com a paisagem e com as plantas, apontam para o vínculo entre povos e plantas em diáspora que através de práticas de cuidados re existem e reinventam-se. Estas práticas de cuidados coletivos revelam um saber compartilhado ao longo de séculos de saque, expropriação e violência destes corpos *territorializados*⁸.

Baniwa (2018) em seu artigo “Mulheres e Território: Reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados” aponta para a ausência de trabalhos sobre o papel feminino desempenhado na defesa e manutenção de territórios tradicionais, conforme coloca: "Não vejo em relatos de pesquisadores sobre a luta das mulheres pelo território

⁷ Griotas: expressão ouvida em campo durante conversa com lideranças da FOQS (Federação Quilombola de Santarém) sobre a atividade pedagógica de mulheres em contraposição ao termo masculino Griô, ou seja o indivíduo que detém o conhecimento em uma comunidade e que tem a responsabilidade de transmiti-lo.

⁸ Expressão tomada por empréstimo de Joelson Ferreira. Em seu livro Terra e Território, mestre Joelson explicita os passos necessários a serem dados por pessoas territorializadas (dentre elas, PCTS, Assentados, Quilombolas, Indígenas, ribeirinhos, verdadeiros, etc.) para alcançarem suas autonomias.

tradicionais ou lugares sagrados, talvez, seja por que a colonização sempre trabalhou na perspectiva de força física de homens e deixou de lado, a força social, cultural e espiritual de mulheres.”

Apesar da notada ausência de trabalhos que atribuam às mulheres a manutenção de territórios tradicionais, através desta revisão de trabalhos de pesquisadoras feministas que interseccionam, raça, gênero e classe, podemos notar a convergência entre cuidados e manutenção de territórios como atividades essencialmente desempenhadas por mulheres para a resistência e reprodução da vida.

Gonzalez (1988:130), ao historicizar a questão racial no Brasil afirma que práticas racistas vieram importadas diretamente da península Ibérica, um lugar “onde tudo e todos têm um lugar certo, não há espaço para a igualdade, especialmente para diferentes grupos étnicos, como os mouros e os judeus, sujeitos a um controle social e político violento”. E neste sentido afirma ser a partir das estruturas sociais altamente hierarquizadas destas sociedades européias que se produz a marginalização dos corpos Afroamericanos e Ameríndios. E em tom irônico, sentencia: "Em nossa opinião, quem melhor sintetizou esse tipo de dominação racial foi um humorista brasileiro, quando afirmou: “No Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar (Gonzales 1998:132)”.

Bel Hooks (2019) em seu artigo “Constituir o lar: um espaço de resistência” através de suas memórias da casa da avó constrói a ideia de como o lar edificado pela mulher negra é o principal espaço de resistência que molda a identidade afroamericana. E destaca que mesmo o avô morando na casa, aquele sempre foi o espaço da avó.

“Tem sido sobretudo responsabilidade das mulheres negras construir lares como espaços de acolhimento e cuidado[...] Ao longo da história, as pessoas afro-americanas têm mostrado acreditar que a construção de uma casa, ainda que frágil e simples (a cabana de escravizados, o barraco de madeira), tem uma dimensão política radical [...] Essa tarefa de constituir um lar, de fazer do lar uma comunidade de resistência, tem sido compartilhada por mulheres negras do mundo inteiro,” (Hooks, 2019:121)

Frederici (2012) ao narrar suas memórias de infância e ao lembrar o quanto, as suas melhores memórias estão relacionadas às atividades de cuidado que sua mãe exercia, como cozinhar, cozer, ou cuidar das plantas, declara serem estas as memórias que trazem segurança e conforto as adversidades da vida, mas também as traz na lembrança a necessidade do *contradom*, ou seja: se sair bem, estar segura no mundo, é retribuir à sua mãe os cuidados dedicados à sua vida.

Em analogia a Hooks podemos situar a dimensão política radical dos *territórios de cuidados*, que ao abrigarem farmácias vivas, ao serem manejados essencialmente por mulheres marginalizadas e oriundas de diásporas, configuram-se como espaços de resistência (podendo ser vistos aqui também como formas de aquilombamentos). Ou seja, lugares onde repousam histórias, tradições, saberes e que constroem resistência através da rebeldia e da radicalização de seguirem cuidando e produzindo vidas.

Balduino (2015:44) a respeito do protagonismo feminino nos *Palanques* evoca a ideia de que a poliginia praticada nestas comunidades (onde homens tinham filhos com varias mulheres e mulheres tinham filhos com diferentes homens) é um fator essencial para a crescente taxa de natalidade nestas comunidades: "sobre o exercício de ampla poliginia desde a chegada dos náufragos em Esmeraldas em 1553, envolvendo majoritariamente homens negros e mulheres indígenas, que resultou em elevadas taxas de natalidade. Essa seria uma das razões para a multiplicação da população negra, zamba e mulata."

Andalzua (2005) a respeito do processo de mestiçagem nas Américas afirma ser esta mistura essencial para o futuro vindouro: "*En unas pocas centúrias*, o futuro pertencerá à *mestiza*. Porque o futuro depende da quebra de paradigmas, depende da combinação de duas ou mais culturas. Criando um novo *mythos* – ou seja, uma mudança na forma como percebemos a realidade, na forma como nos vemos e nas formas como nos comportamos – *la mestiza* cria uma nova consciência." (Andalzua, 2005:707)

Balduino (2015:48) estrutura a concepção de família expandida como um dos principais pilares que deram forma a estes territórios de resistência afroindígena. "A família estendida foi um mecanismo de resistência à escravidão [...] Na diáspora africana, constituíram-se arranjos familiares nos quais a mulher figura como cabeça.[...] Assim, a autoridade feminina extrapolava o círculo de suas uniões sexual-afetivas, irradiando-se à comunidade". Ao compreender estas mulheres como "feixes de relações", elabora o conceito de Matronas Afropolíticas, ou seja, mulheres que pela liderança nos cuidados à família expandida, assumem espaços de liderança comunitária em seus territórios.

Gonzales (1988:133) destaca ainda o importante papel da mulher diaspórica dentro dos movimentos sociais "é precisamente no popular que encontraremos maior participação de mulheres afro-americanas e ameríndias que, preocupadas com o problema da sobrevivência familiar, procuram se organizar coletivamente"

Ainda neste sentido de interseccionar gênero, raça e classe, a partir de teorias feministas para situar o lugar da mulher na essencial tarefa de produzir vidas, é que Hooks afirma carregar como intenção em seu artigo a importância de valorizar estes espaços de resistência e dar a estas mulheres o devido reconhecimento, sustentando que muito embora estas ações não tenham sido elaboradas por escrito, foram tomadas de forma extremamente conscientes.

"Isso não diminui a importância de suas ações. Elas compreenderam intelectual e intuitivamente o significado do lar em meio a uma realidade social opressora e dominadora, do lar como espaço de resistência e luta por libertação." (Hooks, 2012:127)

Frederici acredita distanciar-se de Hooks em seus relatos, ao constatar que seu lar não era propriamente um espaço de resistência como o narrado pela escritora norte americana sobre as memórias da casa de sua avó. Eu discordo, pois vejo no cuidado (no ato gerar vida), experienciado em sua infância na casa de seus pais, um ato "ousadamente radical" (Krenak 2019) e por isso, sem dúvida, um enorme ato de resistência.

4. Territórios de cuidados

Frederici a partir de suas análises sobre o trabalho doméstico, afirma que aprendeu com o movimento anticolonialista a perceber a alienação do trabalho pelo capital para além do trabalho nas fábricas, irrompendo as fronteiras transnacionais e incluído toda a força de trabalho escravizada como um imenso contingente de pessoas que tiveram seus trabalhos de cuidados alienados pela exploração do capital. Já com as ecofeministas, Frederici, afirma ter alcançado novos patamares para a sua análise a partir da perspectiva das mulheres das "colonias":

"Ao reexaminar a ascensão do capitalismo, também expandi meu conceito de reprodução do trabalho doméstico à agricultura de subsistência, "abrindo a porta" (como enunciou Mariarosa Dalla Costa em um recente ensaio) da cozinha ao jardim e à terra [...] (Na Nigéria) o acesso à terra continuava a representar uma condição vital para a reprodução da vida cotidiana, e a maior parte dos alimentos consumidos no país vinha da agricultura de subsistência realizada sobretudo por mulheres."

Para a autora, portanto, o momento é de retorno à origem. O que de fato dá vida ao capitalismo se não a alienação do trabalho doméstico? E o que de fato gera a vida se não as atividades do dia a dia, de onde produzimos a nossa existência? É nesse sentido que afirma:

"Nada sufoca tão efetivamente nossa vida quanto a transformação em trabalho das atividades e das relações que satisfazem nossos desejos. Do mesmo modo, é pelas atividades do dia a dia, através das quais produzimos nossa existência, que podemos desenvolver a nossa capacidade de cooperação, e não só resistir à nossa desumanização, mas aprender a reconstruir o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado." (Frederici, 2012:19)

Hooks conclui seu artigo, indo ao encontro de Frederici, quando coloca: "Podemos fazer do lar aquele espaço ao qual regressamos para nos renovar e nos recuperar, no qual podemos curar nossas feridas e nos tornar inteiras." (Hooks, 2019:135)

É sob esta perspectiva de reencantamento do mundo que Silvia Frederici propõe o ponto zero, que seria a ideia de não mais tentar igualar o trabalho doméstico historicamente invisibilizado à serviço do capital, em trabalho essencial para a reprodução. Ou seja, oferecer ao trabalho doméstico uma alternativa às relações capitalistas é o que precisa ser feito. E aqui acrescento que este esforço não deve ser feito apenas em prol da reprodução da vida humana, pois para as mulheres cuidadoras envolve todo um universo de seres não humanos que são igualmente cuidados e que igualmente são essenciais para mantermos a vida (ou o mundo) em movimento.

Andalzua (2005) sobre a possibilidade de aliar-se aos brancos nesta tarefa de criar uma nova consciência mestiça, chama a atenção para o binarismo ocidental, que precisa ser observado a partir das sombras dessa história para que possam aceitar o espírito da mestiçagem como aprendizado e liderança. E dessa forma sentencia:

"Gringos, aceitem o duplo das suas psiques. Ao aceitarem de volta suas sombras coletivas, a divisão intracultural será cicatrizada. E finalmente, digam-nos o que precisam de nós."

Aqui ressalto o verbo precisar ampliando-o para a discussão que nos suscita: a que trata da percepção de que a vida pós colonial nas terras baixas do atlântico só tornou-se possível e somente seguirá sendo provável, quando percebermos que a mestiçagem compõe um ecossistema muito mais complexo, onde mesclam-se corpos, sementes, águas, histórias e cuidados, estes corpos diaspóricos

em sua histórica teimosia por re existir, criaram novos seres (humanos e não humanos) todos mestiços que transformam todos os dias seus *territórios de cuidados* em *terreiros de resistência*.

Para concluir, deixo a citação de Andalzua (2005:704) quando evoca o filósofo mexicano Jose Vasconcelos para traduzir o sentido de mestiçagem:

*”una raza mestiza, una mezcla de razas afines, una raza de color – la primera raza síntesis del globo. Chamou-a de raça cósmica, la raza cósmica[...] Na confluência de duas ou mais cadeias genéticas, com os cromossomos constantemente ultrapassando fronteiras, essa mistura de raças, em vez de resultar em um ser inferior, gera uma prole híbrida, uma espécie mutável, mais maleável, com uma rica carga genética. A partir dessa “transpolinização” racial, ideológica, cultural e biológica, uma consciência outra está em formação – uma nova consciência *mestiza, una conciencia de mujer*. Uma consciência das Fronteiras.”*



Dalva é moradora da comunidade de Centro Grande (Axixá/Maranhão). Todos os anos produz o óleo de andiroba através de processo artesanal e ancestral. Ela aprendeu com sua mãe, que por sua vez aprendeu com sua vó. O óleo de andiroba era utilizado pra tudo nessa época, produzia-se o sabão, era remédio para muitos males e chegou até mesmo a ser utilizado na iluminação pública. Sua mãe, como costuma dizer, antes mesmo de apurar o óleo já tinha tudo vendido. Hoje as coisas mudaram muito, Dalva segue produzindo todos os anos, mas já não encontra comprador para sua produção. O sabão quase ninguém mais faz, quase todas as fábricas fecharam, pois não tem preço para o mercado local. Os remédios vem todos de farmácia e seus 6 filhos, todos homens, nenhum tem interesse em seguir trabalhando com a andiroba, preferem ir para a cidade grande tentar a vida.



Dona Rosa é quebradeira de coco de babaçu, moradora de Serra (MA). Costumava vender o óleo do côco na beira da ferrovia carajás.

Na região que mora a ferrovia Sao Luiz Paraupebas corta 2 estados e 17 municípios transportando minério da mina de carajás 24h por dia. 1 vez por semana o trem faz o transporte de passageiros. Os moradores das localidades as quais o trem atravessa costumavam vender seus produtos na linha, no entanto a companhia Vale do Rio doce, administradora da ferrovia, "por motivos de segurança", impediu o comércio na beira da ferrodovia.

Hoje Dona Rosa é associada da cooperativa mulheres mãos de fibra, fundada recentemente com a ajuda de uma ONG através das ações de compensação da mineradora, junto com suas companheiras da cooperativa, vende no vagão social deste mesmo trem, os produtos de babaçu que beneficiam.

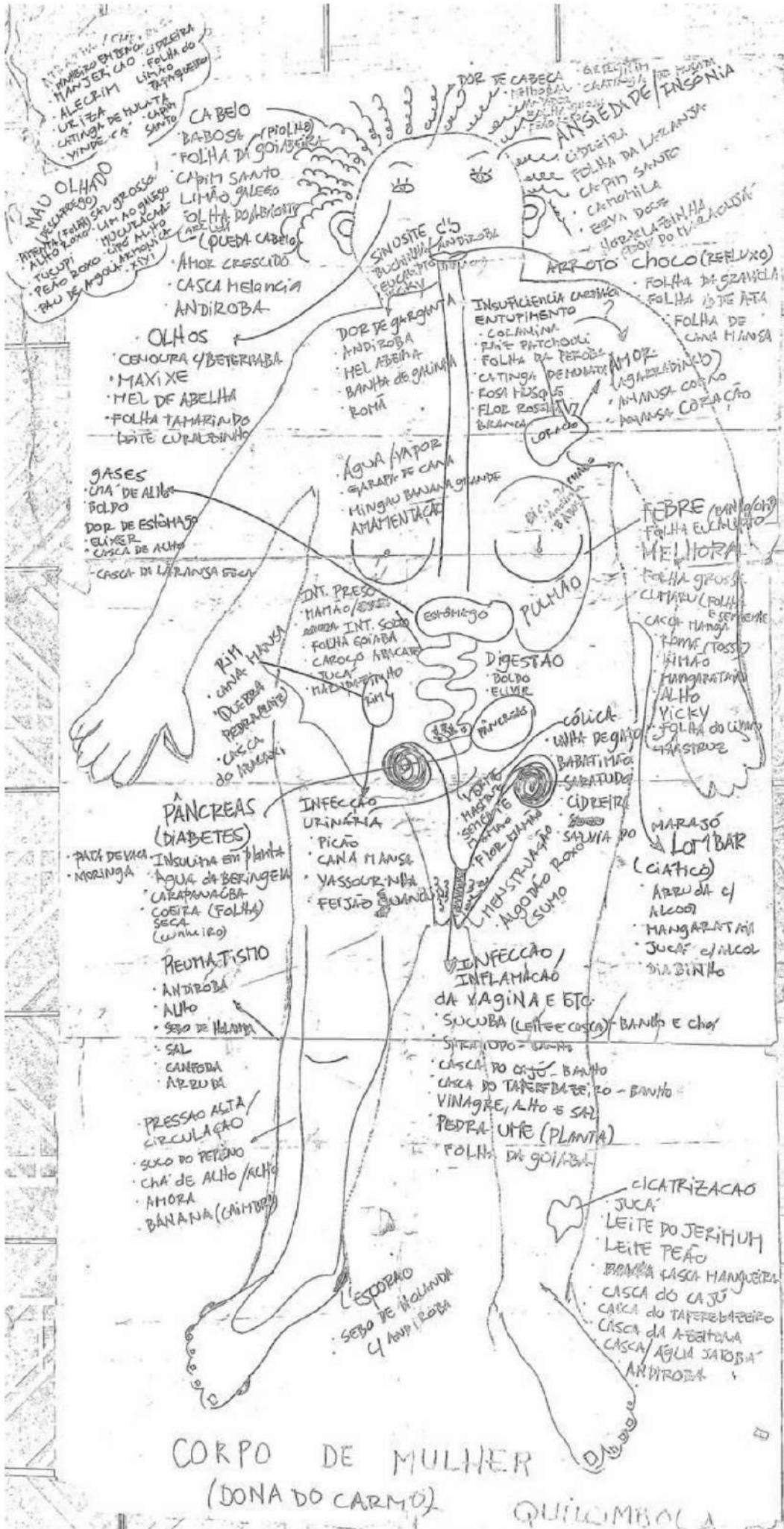


Dona Luzia é uma trabalhadora do Brasil rural, da roça. Além de suas ervas e chás, plantou suas raízes em Macaé de Cima (Nova Friburgo, RJ), onde vive e trabalha como caseira de um sítio. Dona Santa, como é conhecida nas redondezas, é rezadeira como sua mãe, como sua avó e como sua bisavó. As receitas de chá e de xarope são também acompanhadas das rezas. O chamamento feito por Dona Luzia para a cura está atento às dicas e regras de cuidado no uso das plantas, como ela diz: "A carqueja a gente toma um chá. Só que a carqueja a gente não pode tomar muito". A Arnica para dor muscular funcionou quando de uma queda de moto que a ocorreu e machucou sua costela e o pé. Guiné, erva macaé, erva São João, cânfora, vick, sete sangria estão entre as inúmeras plantas que compõem o leque de medicinas úteis no dia-a-dia. Hoje, aposentada, convive com a secular espoliação de seu território de conhecimento, representando a realidade de muitos membros da sua comunidade. Após 50 anos de trabalho de caseira na terra do patrão, está em vias de perder seu território tradicional por não ser a dona da terra que habita.



Dona Hélia nasceu em Benfica, região próxima da sede do distrito de Lumiar (Nova Friburo, RJ). Hoje vive em Lumiar, onde cria seus netos e bisnetos e criou os filhos. Através de uma atitude proativa na relação de saber com as plantas que curam, ela mantém sua medicina natural, artesanal e ancestral.

Coentro, ora pro nobis, açafraão, alho, guaco, camomila, doril, mil folhas, arruda, chuchu, pacová, açucena, língua de vaca, peixinho da horta, cordão de frade, sete-sangria, erva Macaé, saião, alfavaca anis, babosa, fumo, erva Moura, avenca, cidreira, marmelim, cangotá, sabugueiro, araruta, pita. Do chá à alimentação cotidiana, das plantas que se maceram às que se tomam, elas se misturam e convivem na paz da aparente desordem de seu quintal.



Corpo de mulher quilombola, é resultado de um exercício feito com um grupo de 24 mulheres no quilombo urbano Pérola do Maicá (Santarém, PA) onde trabalhamos em conjunto para identificar os principais cuidados que esse corpo necessita e as formas de cuidados praticadas por elas com as plantas que cultivam, coletam e utilizam nestas práticas.

CORPO DE MULHER (DONA DO CARMO) QUILOMBOLA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, GLORIA.

La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, vol.3 n. 3, 2005, p. 704-719.

BANIWA, BRAULINA.

Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. **Vukápanavo: Revista Terena**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.

BRASIL.

Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais, 2011.

Convenção sobre Diversidade Biológica, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, M.

Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos Avançados*. 1999, v. 13, n. 36, pp. 147-163. 2005.

ELOY, L.; NASUTI S.

Agroextrativismo e Conhecimentos Tradicionais: atualização do debate sobre sistemas agroextrativistas no Brasil, com base no diálogo de saberes”, Universidade de Brasília. 2018.

FEDERICI, SILVIA.

Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and the Feminist Struggle. New York: PM Press, 2012

GONZALES, Lélia.

Por um feminismo afrolatinoamericano. *Mujeres, crisis y movimiento: America Latina y El Caribe*. **Isis Internacional**, vol. IX, 1988. p. 133-141. Ver também em livro de autoria de Gonzales, organizado por Flavia Rios e Marcia Lima, a partir da pág. 126.

HARAWAY, DONNA

Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *Clima Com Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte* I Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016 / ISSN 2359-4705

HOOKS, BELL.

Anseios: raça, gênero e políticas culturais. (Tradução Jamille Pinheiro). São Paulo: Elefante, 2019.

KRENAK, AILTON.

Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

MELO, PAULA BALDUÍNO DE.

Matronas afropacíficas: fluxos, territórios e violências: gênero, etnia e raça na Colômbia e no Equador. 2015. 459 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

NEVES, E.G.

Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil. In: *Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças* / In: CUNHA, Manuela Carneiro da.; MAGALHAES, S. B.; ADAMS, C (Org.). *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil [recurso eletrônico]: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo: SBPC, 2021.

FERREIRA, JOELSON; FELÍCIO, ERAHSTO.

Por terra e território – caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca, Teia dos Povos, 2021. FREIRE, Paulo.

SHOCK, MYRTLE PEARL; MORAES, CLAIDE DE PAULA.

A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 2, p. 263-289, maio-ago. 2019.